



# Ações de proteção e defesa de mulheres em situação de violência familiar doméstica

**Angela Maria Moura Costa Prates**

Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).  
Professora efetiva do Curso de Serviço Social da Unicentro  
pratesammc@gmail.com

## RESUMO

Este relato de experiência objetiva apresentar o Núcleo Maria da Penha (NUMAPE) como uma ação de proteção, defesa e prevenção da violência familiar doméstica contra mulheres no Município de Guarapuava – PR. Trata-se de um relato da vivência profissional no núcleo que é um projeto de extensão da Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO). Como metodologia, utiliza-se de uma abordagem qualitativa e quantitativa, de pesquisa documental e de observação participante. Durante o relato, discutimos a violência familiar doméstica contra mulheres, o processo de implantação do núcleo, a proposta de intervenção e prevenção e os principais resultados das ações. Conclui-se que o projeto de extensão tem papel fundamental na capacitação dos profissionais e na oferta de serviços à comunidade.

**Palavras-chave:** ações; proteção; prevenção; violência contra a mulher; NUMAPE.

## ABSTRACT

This experience report aims to present the Núcleo Maria da Penha (NUMAPE) as an action of protection, defense and prevention of domestic and family violence against women in the city of Guarapuava - PR. It is a report of the professional experience in the nucleus that is an extension project of the Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO). As a methodology, it uses a qualitative and quantitative approach, documentary research and participant observation. During the report, we discussed domestic and family violence against women, the process of implantation of the nucleus, the proposal of intervention and prevention and the main results of the actions. It is concluded that the extension project has a fundamental role in the training of professionals and the provision of services to the community.

**Keywords:** actions; protection; prevention; violence against women; NUMAPE.

# INTRODUÇÃO

O presente relato de experiência tem como objetivo apresentar o Núcleo Maria da Penha (NUMAPE) como uma ação para a proteção, a defesa e a prevenção da violência familiar e doméstica contra mulheres no Município de Guarapuava – PR. O NUMAPE é um projeto de extensão inserido no âmbito do programa de extensão "Universidade Sem Fronteira (USF)", da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) do Governo do Estado do Paraná. O Estado conta com dez núcleos dispostos nas sete universidades. A Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), conta com dois núcleos, um em Guarapuava e outro em Irati. O núcleo de Guarapuava está vinculado à Pro-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC) da Unicentro no campus Santa Cruz e é coordenado pelo Departamento de Serviço Social. Esse projeto de extensão engloba dois eixos de trabalho: a) a intervenção de profissionais especializados (assistente social, advogado e psicólogo) junto às situações de violência familiar e doméstica contra mulheres; e b) a prevenção da violência familiar e doméstica contra mulheres, que tem como público alvo toda a comunidade, tanto do município quanto da região.

Os procedimentos metodológicos para o desenvolvimento desse relato partiram de uma abordagem qualitativa, que preocupa-se com o sentido que o fenômeno apresenta (MINAYO, 2011). E as técnicas utilizadas foram pesquisa documental, com dados qualitativos e quantitativos, uma vez que ambos complementam-se para a compreensão do fenômeno (MARTINELLI, 1999). E ainda, tivemos também a observação participante durante o processo de implantação, execução e avaliação do primeiro ano de desenvolvimento do projeto que foi 2018. A observação participante trata-se da "[...] participação real do pesquisador com a comunidade ou grupo. Ele se incorpora ao grupo, confunde-se com ele. Fica tão próximo quanto um membro do grupo que está estudando e participa das atividades normais deste" (MARCONI e LAKATOS, 2003, p. 194). Através dessa metodologia problematizamos a violência familiar doméstica contra mulheres como objeto de intervenção e prevenção, mostramos a seguir como se deu o processo de implantação do NUMAPE no referido município, depois caracterizamos a proposta de ação do projeto e por fim, trazemos os primeiros resultados dessas ações desenvolvidas durante um ano de trabalho.

## A PROBLEMÁTICA DA VIOLÊNCIA FAMILIAR DOMÉSTICA CONTRA MULHERES

Na história da humanidade nem sempre as mulheres foram submissas aos homens. Houveram períodos históricos em que as mulheres eram consi-

derados seres divinos por terem a capacidade de gerar e vida. Mas, quando os homens descobriram através da ciência que a sua participação para gerar a vida era importante, começaram a construir formas de dominação e subordinação das mulheres, o que acarretou ao longo do tempo na violência contra as mesmas (SAFFIOTI, 1987). Nesse processo de dominação e subordinação das mulheres aos homens, a sociedade machista e sexista foi construindo, ao longo do tempo, a delimitação de papéis sociais para homens e mulheres desde o seu nascimento. Quem ousa contrariar o que prega essa cultura da dominação e da exploração corre o risco de sofrer as consequências, sendo uma delas, a violência de gênero.

As relações de gênero pautam-se em uma herança do sistema patriarcal, baseado em uma cultura machista e sexista que perpassa historicamente a sociedade, afirmando um posicionamento de dominação masculina e submissão feminina. Engels (1984), trabalha o conceito de patriarcado e afirma ser ele uma forma de organização social e econômica associada aos processos de dominação masculina e submissão feminina que são resultantes das transformações econômicas e sociais. Para Cunha (2014, p. 154), "O patriarcado é, por conseguinte, uma especificidade das relações de gênero, estabelecendo, a partir delas, um processo de dominação-subordinação" (CUNHA, 2014, p.154). Saffioti (2015, p. 47) confirma também que o patriarcado "[...] é o regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens". E quando se trata de mulheres negras que vivem em situação de pobreza, o capitalismo e o racismo juntam-se ao patriarcalismo fortalecendo ainda mais os laços de dominação e exploração. São três sistemas articulados que colocam as mulheres num patamar histórico de subordinação.

Nesse interim, através da cultura, a sociedade vai construindo e determinando os papéis sociais destinados a homens e mulheres de acordo com essa lógica de dominação e subordinação. Essas relações coisificam a mulher, haja vista que estabelecem relações desiguais entre homens e mulheres, fundamentadas nas características biológicas, ou seja, na diferença entre os sexos (SAFFIOTI, 1987). São nessas relações que acontecem a violência familiar doméstica, pois os dominadores tomam posse do corpo e da vontade das dominadas, como se estas tivessem a obrigação de exercer os papéis sociais que lhe foram impostos desde o nascimento, onde não se nasce mulher, mas aos poucos vai se tornando mulher (BEAUVOIR, 2009).

A violência familiar doméstica contra mulheres não é um fenômeno atual, apesar de sua recente visibilidade dada pela mídia em geral. Nunca se falou tanto de violência contra mulheres e nunca se praticou tanta ao mesmo tempo. Apenas em 2018, entre os meses de janeiro e novembro, a imprensa brasileira noticiou 14.796 casos de violência doméstica em todo o Brasil (BRASIL, 2018). A violência familiar doméstica é uma modalidade da violência de gênero, que "[...] consiste em qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado" (MORERA et al, 2014, p. 56). Trata-se de uma forma do homem manifestar o seu poder de dominação e exploração sobre a mulher.

Nesse sentido, a violência de gênero “[...] é uma manifestação de relações de poder historicamente desiguais entre homens e mulheres, em que a subordinação não implica na ausência absoluta de poder” (MORERA et al, 2014, p. 56). É quando o homem exerce o seu poder de domínio na tentativa de submeter a mulher à sua vontade.

A violência familiar doméstica contra mulheres configura “[...] qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial [...]” (BRASIL, 2006, Art. 5º). É considerada doméstica a violência que “[...] ocorre em casa, no ambiente doméstico, ou em uma relação de familiaridade, afetividade ou coabitação” (BRASIL, 2006, Art. 5º). E é considerada familiar a violência que “[...] ocorre dentro da família, ou seja, nas relações entre os membros da comunidade familiar, formada por vínculos de parentesco natural ou civil, por afinidade ou afetividade” (BRASIL, 2006, Art. 5º).

A violência contra mulheres é subdividida em cinco modalidades, como violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. A culminação dessas violências é o feminicídio que tem sido um fenômeno de importante repercussão na atualidade. Como forma de punição a esse crime, em 2015 foi sancionada a Lei 13.104/2015, a Lei do Feminicídio, que trata o fenômeno como crime hediondo (BRASIL, 2015). Para o entendimento da lei é feminicídio “[...] quando a agressão envolve violência doméstica e familiar, ou quando evidencia menosprezo ou discriminação à condição de mulher, caracterizando crime por razões de condição do sexo feminino” (WAISELFISZ, 2015, p. 07). Assim, esse crime é a culminação da violência de gênero.

Vivenciadas cotidianamente por muitas mulheres, as violências, em suas variadas faces, passam a ser naturalizadas tanto por elas, quanto por uma parcela significativa da sociedade, reafirmando a cultura da violência (SAFFIOTI, 2015). Para Gavilanes e Aguiar (2012, p. 99), “O tema do poder é um aspecto prioritário para se entender que as relações de gênero podem resultar em um potencial igualitário ou em um poder discriminatório”. E também são essas relações que podem resultar na violência doméstica familiar contra as mulheres. É quando o homem exerce o seu poder sobre a mulher, tornando-a seu objeto de manipulação e dominação.

A realidade da violência familiar doméstica pode ser demonstrada através de dados apresentados no Mapa da Violência 2015: Homicídios de Mulheres no Brasil. Nesse documento verifica-se que a taxa de homicídios femininos no Brasil, no ano de 2014, foi de 4,8 para cada 100 mil mulheres, deixando o país na 5ª colocação de homicídios femininos em um grupo de 83 países (WAISELFISZ, 2015).

A realidade brasileira sobre a violência familiar doméstica é apresentada pelo Instituto de Pesquisa DataSenado (2017), e mostra que entre os anos de 2015 e 2017 houve aumento de 11% no número de mulheres vítimas de alguma forma de violência, passando de 18% para 29% respectivamente (BRASIL, 2017). Entre as formas de violência sofridas, a violência física foi a mais citada (67%), seguida da violência psicológica (47%), da violência moral (36%) e da sexual

(15%), respectivamente. Esse é um resultado que pouco se alterou desde a última edição da pesquisa em 2015.

Segundo Brasil (2017), entre os agentes violadores foram apontados homens, sem laços consanguíneos e escolhida por elas para conviver intimamente: marido, companheiro ou namorado (41%); ex-marido, ex-companheiro ou ex-namorado (33%). Cabe destacar que embora os dados apontem a direção do fenômeno, fato é que a violência doméstica e familiar contra a mulher poucas vezes é denunciada, sejam por motivos emocionais, econômicos, pela preservação da família, entre outros fatores.

A pesquisa do DataSenado apontou que 27% das mulheres não denunciaram a violência sofrida e não pediram ajuda. Os motivos para não realizar a denúncia da violência vivida são: medo do agressor (72%); preocupação com os filhos (33%); dependência financeira (32%); acreditar que não existe punição (30%); vergonha (23%); acreditar que seria a última vez (16%) e não conhecer os direitos (16%) (BRASIL, 2017). Especialmente quando se trata de violência sexual, "[...] os dados e as informações são, muitas vezes, distorcidas ou omitidas em favor do agressor, e, quando se trata de alguma vítima do sexo masculino, a investigação torna-se ainda mais difícil devido ao sigilo gerado pela vergonha duplamente colocada sobre a vítima" (SOUZA, 2017, p. 09). Portanto, isso reflete outro problema relacionado a violência doméstica e familiar contra a mulher, o pacto de silêncio instalado, evidenciando a complexidade do fenômeno e das ações que devem ser desenvolvidas para que ele cesse.

No ano de 2014, o Paraná encontrava-se na 12ª posição do ranking dos Estados. Sua taxa de homicídio feminino era de 5,2 para cada 100 mil mulheres, índice maior do que a média nacional. Segundo Waiselfisz (2015), no ano de 2003 foram registrados 227 feminicídios no Estado do Paraná e esse número subiu para 283 em 2013. No mesmo período, o município de Guarapuava estava na 373ª posição em homicídios femininos no Brasil e sua taxa é de 6,5 para cada 10 mil mulheres (WAISELFISZ, 2015).

O município de Guarapuava conta com uma Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres, em que um dos eixos de trabalho é o enfrentamento à violência familiar doméstica contra mulheres. No ano de 2016 a secretaria atendeu 329 mulheres em situação de violência. Entre as mulheres atendidas, 34,3% encontrava-se na faixa etária entre 30 a 39 anos, seguida da faixa etária de 19 e 29 anos (26,1% dos casos) e de 40 a 49 anos (24% dos casos). Do total de mulheres atendidas, 300 mulheres sofreram violência no espaço doméstico, como violência física (72,9% dos casos), psicológica (40,4% dos casos), sexual (6,1% dos casos), patrimonial (6,7% dos casos) e moral (4% dos casos). Em se tratando dos autores da violência, 97,3% dos desses eram conhecidos das mulheres. Os maiores percentuais dos agressores são formados por maridos (55%) e ex-maridos (19,8%). Importante ressaltar que "[...] o estupro é, acima de tudo, uma das formas mais difundidas da violência de gênero" (SOUZA, 2017, p. 09), sem desconsiderar a violação de direitos humanos através de todas as dimensões da violência.

Ressalta-se, ainda, que a maioria dessas mulheres estavam desempre-

gadas, que 15,2% delas não possuíam renda e que 55,6% possuíam uma renda inferior a dois salários mínimos. Essas informações podem, mesmo que parcialmente, direcionar a compreensão sobre a existência de recusas de mulheres em realizar o Boletim de Ocorrência, pois do total de mulheres atendidas na secretaria em 2016, 65,3% registraram o Boletim e 34,7% não o fizeram (GUARAPUAVA, 2016). Entre maio de 2018 e maio de 2019 foram registrados 82 feminicídios no Estado, sendo que 02 desses ocorreram em Guarapuava. Diante dessa realidade, e como forma de somar-se as políticas municipais de enfrentamento da violência é que a Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO) implantou um projeto de extensão para contribuir com o enfrentamento desse fenômeno.

## O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO NUMAPE

No mês de setembro de 2017 o Departamento de Serviço Social recebeu o edital para a implantação do Núcleo Maria da Penha (NUMAPE). Dadas as condições de prazo já se extinguindo, imediatamente designou uma professora para realizar tal tarefa. De posse da nova incumbência, a professora responsável solicitou uma reunião com a Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres, pois esta é a referência de política pública no município para a violência contra as mulheres. Nesse encontro, identificaram-se as demandas referentes à questão da violência, tanto de atendimento individual quanto de ações de prevenção. Naquele momento o maior gargalo apresentando pela secretaria foi em relação à prevenção. Não existia nenhum serviço desse tipo. Mediante tal situação, foi elaborada a primeira versão do plano de implantação apenas com a proposta de prevenção, o qual foi aprovado na seleção interna da universidade. Mas, em contato com a SETI, verificou-se que isso não seria possível, pois a característica do núcleo é o atendimento individual de mulheres que estão em situação de violência.

Assim foi articulada nova reunião com a secretaria para reconhecer as demandas para atendimento individual. Foi um processo árduo, pois não se sabia ao certo qual era a identidade do NUMAPE, pois ainda teria que ser construída (como foi nos primeiros meses de 2018). Diante disso, o desafio era inaugurar um serviço sem sobrepor-se aos serviços já existentes. Essa clareza foi tida diante da compreensão da importância da rede de serviços que está organizada no município de Guarapuava e que tem o mesmo objetivo: o enfrentamento da violência familiar doméstica contra as mulheres.

Isso gerou insegurança tanto por parte de quem queria implantar um novo serviço, e principalmente, por parte de quem iria compartilhar o espaço da rede com outro serviço de atendimento as situações de violência. Era nítida a preocupação de ter que dividir as demandas. A preocupação da proponente

era clara: não era possível criar mais um serviço distanciado da rede de políticas públicas para mulheres, que onerasse as mulheres, ou seja, que as fizesse ficar andando de um lado para outro para acessar os serviços. Por conta disso, a solução encontrada junto à secretaria foi a celebração de parceria, onde o núcleo prestaria um serviço que se somaria aos serviços já existentes e a prefeitura cederia o local para funcionamento. Dessa forma, sanou-se o primeiro problema, que era a divisão das demandas do público alvo.

Nesse processo de articulação para a celebração de parceria, foi explicitada pela secretaria que a maior necessidade de profissionais estava na área da psicologia. No entanto, mesmo que o edital prevísse bolsas para três recém-formadas, para orientadoras eram apenas duas bolsas. A coordenação e, portanto, orientação em Serviço Social já estava contemplada e a área do direito era obrigatória. Entretanto, a maior demanda apresentada pela secretaria foi a falta de psicóloga. A proposta da secretaria foi que a psicóloga atendesse a casa abrigo, que é onde ficam as mulheres e seus filhos que estão em situação de risco de morte devido à violência dos seus companheiros. Assim, a única solução encontrada foi convidar uma orientadora de psicologia para atuar voluntariamente. Foram feitas duas tentativas com psicólogas diferentes, sendo que uma delas aceitou atuar voluntariamente porque é militante na defesa de mulheres que estão em situação de violência. Também durante a negociação a secretaria solicitou que a advogada pudesse atender as demandas da delegacia. E assim, foi fixada a parceria.

Importante frisar que durante o processo de negociação a proponente defendeu que a equipe não poderia ser separada, mesmo atendendo em locais diferentes. Assim, ficou acertado que tanto a psicóloga quanto a advogada atenderiam algumas horas do dia na casa abrigo e na delegacia, e as demais estariam junto à sua equipe. De posse dessa negociação, o plano de implantação prevendo tanto atendimento individual quanto ações de prevenção foi elaborado, submetido à SETI e aprovado ao final de 2017. Diante disso, foi feito teste seletivo e selecionadas profissionais recém-formadas na área da psicologia, do direito e do serviço social para formar a equipe do NUMAPE. Assim, a equipe foi composta por uma coordenadora e também orientadora de Serviço Social, uma orientadora de direito e uma advogada, uma orientadora de psicologia (voluntária) e uma psicóloga, uma estagiária de Serviço Social e uma de direito. Portanto, a equipe foi composta por sete pessoas, na ocasião todas mulheres por coincidência na seleção.

Iniciando-se o ano de 2018, logo nos primeiros dias, a coordenadora iniciou sua saga para a estruturação do núcleo. De improviso a equipe foi acolhida dentro da Secretaria da Mulher. Alguns limites estruturais e logísticos identificados de pronto com a abertura do núcleo dificultavam não só a manutenção como a vigência do mesmo, dada ausência tanto dos materiais duráveis quanto os de escritório. Mediante negociação da coordenadora, de improviso a secretaria emprestou alguns móveis e equipamentos, pois a universidade estava fechada e não se podia nem ao menos solicitar qualquer material que fosse. E assim transcorreu o mês de janeiro todo sem conseguir nenhum contato com



a universidade. A coordenadora sentia todo momento as cobranças da parte tanto da secretaria quanto da equipe pela morosidade para aquisição de mobiliário e material permanente. As primeiras negociações com a universidade somente começam a ocorrer depois da primeira semana do mês de fevereiro. A universidade tinha como incumbência a contrapartida para a implantação do núcleo, porém, não é simples comprar móveis, dado o processo licitatório. Assim, a primeira saída foi solicitar móveis que já haviam sido descartados no almoxarifado. Foi com isso que em meados de fevereiro chegaram os primeiros móveis, sendo que alguns praticamente não tinham condições de uso. Foram adaptados e limpados pela própria equipe para poder ter o mínimo de condição de uso.

Quando a equipe estava já adaptada nas salas da secretaria da mulher, a secretária convocou uma reunião com a coordenadora para comunicá-la que o núcleo não poderia mais ficar ali, que teria que mudar-se para a edícula dos fundos. A edícula estava cheia de materiais e equipamentos já sem uso da prefeitura. A equipe atuou com a limpeza do local para adequá-lo ao uso do núcleo, porém, não tinha condições de uso e novamente mediante negociação da coordenadora a secretaria providenciou alguns pequenos ajustes, inclusive com luz, pois não havia no local. Levou um tempo até que a equipe acostumas-se ficar naquele local insalubre, com pouca luz e ventilação. Algumas melhorias foram feitas pela secretaria diante das inúmeras solicitações da coordenadora. Foi um período extremamente difícil, pois tinha que lidar com a pressão que a equipe exercia, e também com a morosidade com que tanto a universidade quanto a prefeitura tratava das demandas.

Como o processo licitatório para a compra de notebooks estava demorando em demasia, a coordenadora pediu reunião com o Reitor da Universidade na qual expôs toda a situação enfrentada para a estruturação do núcleo. Nessa ocasião, solicitou móveis, computadores e pagamento das bolsistas. As bolsistas receberam suas bolsas em meados de abril e os computadores foram entregues quase no final do mês de maio. Portanto, foi somente em junho que a equipe de fato tinha uma estrutura mínima para a atuação, assim como, começou a receber as bolsas regularmente. Diante da morosidade para a aquisição de móveis, equipamentos e materiais de expediente, a coordenadora usou de recursos próprios para subsidiar o trabalho das profissionais no núcleo.

Nesse contexto, a equipe continuou trabalhando. A primeira tarefa da equipe foi a construção da identidade e metodologia de trabalho do núcleo, pois dependia disso para construir a sua identidade, metodologia e especificidade profissional. Depois disso foi a elaboração do Plano de Implantação de sua área. Em seguida, o segundo passo foi a elaboração da metodologia de trabalho de cada área do saber a qual foi sendo construída durante os primeiros meses. Assim, cada profissional passou por um processo de construção de sua finalidade, objetivos e instrumentais de trabalho. E foi assim que o NUMAPE foi implantado.

# A CARACTERIZAÇÃO DA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO E PREVENÇÃO DO NUMAPE

O NUMAPE tem por objetivo desenvolver ações que promovam o acolhimento e o atendimento gratuito a mulheres e seus filhos que estejam em situação de violência familiar doméstica. Além disso, promover ações de prevenção por meio de práticas socioeducativas, articulação e mobilização social, visando o combate à violência contra as mulheres, objetivando o efetivo cumprimento da Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006). Cada área do saber possui seus objetivos específicos, mas que dialogam entre si, como no quadro a seguir:

ÁREA DO SABER	OBJETIVOS ESPECÍFICOS
<b>SERVIÇO SOCIAL</b>	<p>Articular-se com a rede de políticas públicas para encaminhamentos das demandas de competência de outras políticas públicas;</p> <p>Acompanhar as mulheres que já foram atendidas pelas Políticas Públicas para fortalecer o empoderamento da mulher no combate à violência;</p> <p>Socializar, por meio de palestras e oficinas, os direitos das mulheres e os conteúdos da Lei Maria da Penha;</p> <p>Proporcionar ações de prevenção à violência doméstica e familiar contra as mulheres e promoção de seus direitos em torno da Lei Maria da Penha;</p> <p>Contribuir com a articulação da rede de atendimento à mulher vítima de violência;</p> <p>Desenvolver pesquisa e estudos sociais a respeito da violência contra a mulher;</p> <p>Supervisionar estágio remunerado e/ou voluntário em Serviço Social.</p>
<b>DIREITO</b>	<p>Garantir atendimento à mulheres em situação de violência doméstica familiar proporcionando ações e efetuando defesas em processos judiciais, envolvendo direitos e interesses do público alvo;</p> <p>Instrumentalizar as mulheres para acessar os direitos jurídicos;</p> <p>Socializar, por meio de palestras e oficinas, os direitos da mulher e os conteúdos da Lei Maria da Penha;</p> <p>Proporcionar ações de prevenção à violência doméstica e familiar contra a mulher e promoção de seus direitos em torno da Lei Maria da Penha;</p> <p>Contribuir com a articulação da rede de atendimento à mulher vítima de violência;</p> <p>Desenvolver pesquisa e estudos jurídicos a respeito da violência contra a mulher;</p> <p>Supervisionar estágio remunerado e/ou voluntário em Direito.</p>
<b>PSICOLOGIA</b>	<p>Garantir atendimento a mulheres em situação de violência doméstica familiar, suas crianças e adolescentes em situação de abrigo;</p> <p>Socializar, por meio de palestras e oficinas, os direitos da mulher e os conteúdos da Lei Maria da Penha;</p> <p>Proporcionar ações de prevenção à violência doméstica e familiar contra a mulher e promoção de seus direitos em torno da Lei Maria da Penha;</p> <p>Contribuir com a articulação da rede de atendimento à mulher vítima de violência;</p> <p>Desenvolver pesquisa e estudos a respeito da violência contra a mulher;</p> <p>Supervisionar estágio voluntário em Psicologia.</p>

Quadro 1 – Objetivos específicos por área do saber  
 FONTE: Plano de Ação do NUMAPE (2017).

Os profissionais do núcleo atuam através de dois eixos, sendo a intervenção e a prevenção. A intervenção trata-se do atendimento individualizado de mulheres e seus filhos que estão em situação de violência familiar doméstica. E a prevenção é desenvolvida através de ações socioeducativas visando prevenir a violência familiar doméstica contra as mulheres. O NUMAPE conta com uma equipe de profissionais formada por orientadoras, recém-formadas e estagiárias, nas áreas de Serviço Social, Psicologia e Direito.

O público alvo do eixo de intervenção são mulheres que estão vivenciando situação de violência familiar doméstica, com idade entre 18 e 60 anos e que possuem renda familiar de até três salários mínimos. E indiretamente, os filhos das mulheres que estão em situação de abrigo. Quando é feito o estudo socioeconômico da mulher, tanto a renda do agressor quanto a renda de qualquer membro da família da qual a mulher não usufrua não é considerada. Essa definição de renda foi necessária devido ao fato de que para ter acesso à justiça gratuita é preciso comprovar não ter condições de arcar com os custos do processo. E o público alvo do eixo de prevenção é toda a comunidade. Participam das ações de prevenção pessoas de todas as idades e orientações sexuais, etnias ou classes sociais, independentemente de estar ou não vivenciando situação de violência.

Os serviços prestados pelo Serviço Social são os seguintes: Acolhida; Escuta qualificada; Entrevista; Estudo socioeconômico; Parecer Social; Visita Domiciliar; Encaminhamento da demanda para a psicologia e/ou direito; Mobilização e articulação da rede de políticas públicas para o atendimento das demandas que não são de competência do NUMAPE; Acompanhamento da mulher; e Inserção da mesma e sua família em Grupos de Prevenção. A assistente social também supervisiona estágio não obrigatório e curricular obrigatório. Os serviços prestados pelo Direito são os seguintes: Ajuizar ações criminais cuja iniciativa seja de ação penal privada, ainda, ações de separação de corpos, arrolamento de bens, alimentos provisórios, medidas protetivas de urgência, partilha de bens, divisão de guarda e pensões. A advogada também acompanha as mulheres em audiências e até a delegacia. A advogada também supervisiona estágio não obrigatório. Os serviços prestados pela Psicologia são as seguintes: Estudo e avaliação de casos; Psicoterapia para indivíduos; Grupo terapêutico; Orientação e aconselhamento individual e familiar; Relatório, Laudo, Parecer e Atestado Psicológico.

Cada profissional ao acolher a mulher identifica a especificidade de suas demandas para promover a sua intervenção. E quando descobre demandas que não são de sua área, encaminha para as demais profissionais ou mesmo para a rede de políticas públicas do município. Quando encaminha para a rede faz o monitoramento para acompanhar se o direito almejado foi acessado ou não, sempre no sentido de garantir que a demanda da mulher seja atendida.

E a metodologia do trabalho de prevenção é a seguinte. Logo no início do funcionamento do núcleo a equipe do NUMAPE fez contato com a Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres para perceber quais eram as maiores demandas em termos de ações de prevenção. Desse encontro, as profissionais

obtiveram uma série de demandas que se juntaram às demandas que as profissionais já visualizam no município. Dado o montante de demandas, a equipe subdividiu em três frentes de atuação: a) saúde, b) educação e 3) comunidade. Cada uma dessas frentes tem uma profissional como coordenadora, mobilizadora, articuladora e organizadora, sendo: a saúde é de responsabilidade da psicóloga, a educação da advogada e comunidade da assistente social. Entretanto, é importante frisar que somente a coordenação fica a cargo de uma profissional, pois a execução de qualquer ação é feita de forma interdisciplinar. Essa experiência proporciona o "[...] enriquecimento de cada disciplina/profissão/área de saber, pela incorporação de resultados de uma especialidade por outras, partilha de métodos e técnicas; leva também à ampliação da consciência crítica" (MUNHOZ, 2008, p.128).

A articulação das ações de prevenção pode ser feita de duas formas: 1) a coordenadora entrar em contato com instituições e oferecer o serviço, adequando as ações com as necessidades da instituição; 2) receber a demanda das instituições. Em ambos os casos, a coordenadora faz uma visita institucional para conhecer as necessidades da instituição e também decidir coletivamente qual ação é mais adequada ao público alvo e as demandas. Tendo feito isso, passa para a segunda etapa que é a articulação junto à equipe do NUMAPE para planejar a ação de acordo com a agenda de todas as profissionais, uma vez que quando se tratar de trabalho com grupos, as três áreas do saber atuam dando a sua contribuição junto aos participantes. "A interdisciplinaridade se alicerça no entendimento do outro como alguém que comunga ou não da mesma lógica de pensar que a nossa; [...]" (MUNHOZ, 2008, p.128).

Comungando ou não, as três áreas articulam-se porque têm objeto em comum, que é a violência familiar doméstica contra mulheres, e, portanto, objetivo comum, que é a proteção, defesa e prevenção dessa situação. Nesse sentido, a interdisciplinaridade precisa se fazer presente "[...] na definição de objeto, na discussão dos vários conceitos, e nas propostas metodológicas e técnicas. [...] não configura uma teoria ou um método novo: ela é uma estratégia para compreensão, interpretação e explicação de temas complexos" (MINAYO, 2010, p. 436-437). E dessa estratégia o NUMAPE faz questão, pois a violência é um fenômeno complexo que exige o ajuntamento de saberes para o seu enfrentamento.

Como os profissionais que atuam no NUMAPE são recém formados, a formação interdisciplinar é imediatamente acionada pela coordenação e orientadoras, haja vista que nem todas as profissionais possuem em sua formação inicial noções básicas sobre interdisciplinaridade, que se trata de

...] uma relação horizontal entre profissionais de formações diferentes participes conjuntamente de ações de trabalho que possuam objetivos políticos-profissionais convergentes, em que cada um desses sujeitos contribua com seus saberes através das relações democráticas menos rígidas e limitadoras da expressão crítica e criativa entre os profissionais (MOREIRA, 2017, p. 134-135).

E, mais do que proporcionar reflexões sobre o assunto, os profissionais são incentivados e orientados a construir e vivenciar a experiência interdisciplinar dentro do núcleo. Essa vivência tem sido um dos maiores desafios, pois primeiro os profissionais precisam compreender do que se trata, depois precisam construir estratégias para promover a vivência interdisciplinar. Isso não é simples, mas ao mesmo tempo, tem produzido um efeito formativo fundamental para os profissionais que atuam no núcleo.

## OS RESULTADOS DAS AÇÕES DO NUMAPE NO ANO DE 2018

O NUMAPE atua com uma equipe composta por três áreas do saber, sendo: Serviço Social, Direito e Psicologia. Cada profissional tem sua metodologia específica de atuação, assim como utiliza-se de instrumentais próprios de sua profissão. Entretanto, existe diálogo constante para articular-se como equipe e atender as mulheres em suas demandas individuais e complexas, pois a “[...] interdisciplinaridade constitui uma articulação de várias disciplinas em que o foco é o objeto, o problema ou o tema complexo, para o qual não basta a resposta de uma área só” (MINAYO, 2010, p. 436).

No quadro abaixo é possível visualizar as principais ações realizadas por cada profissional no ano de 2018.

Nº	EIXO INTERVENÇÃO (atendimentos individuais)	Nº DE PESSOAS ATENDIDAS
AÇÕES	<b>Total de pessoas atendidas pela advogada</b>	<b>171</b>
	- Total de Ações ajuizadas	54
	- Medidas protetivas de urgência	3
	- Medidas cautelares cíveis - separação de corpos	1
	- Medidas cautelares cíveis - alimentos provisórios	11
	- Ações ajuizadas - ação penal privada subsidiária da pública	5
	- Divórcios	7
	- Divisão de guarda	14
	- Partilha de bens	6
	- Dissolução de união estável	4
	- Cumprimento de intimação	3
	- Encaminhamentos	4
	- Orientações em geral	91
	- Audiências	11
- Desistências das ações	11	

Nº	EIXO INTERVENÇÃO (atendimentos individuais)	Nº DE PESSOAS ATENDIDAS
AÇÕES	<b>Total de pessoas atendidas pela psicóloga</b>	<b>273</b>
	- Estudo e avaliação Adulto (acima de 18 anos)	40
	- Estudo e avaliação Adolescentes (entre 12 e 17 anos)	9
	- Estudo e avaliação Crianças (entre 0 e 11 anos)	49
	- Avaliação com a criança para verificar a necessidade do atendimento	10
	- Psicoterapia Adulto (acima de 18 anos)	45
	- Psicoterapia Adolescentes (entre 12 e 17 anos)	27
	- Psicoterapia Crianças (entre 0 e 11 anos)	0
	- Avaliação infantil com a mãe mediante demanda de atendimento	4
	- Entrevista de anamnese com mães	8
	- Atendimento orientação/ aconselhamento domiciliar	3
	- Visita psicossocial	1
	- Grupo terapêutico com mulheres	48
	- Grupo com crianças	2
	- Orientação individual (até 3 encontros)	39
	- Orientação domiciliar	6
- Orientação familiar na instituição	18	
AÇÕES	<b>Total de pessoas atendidas da Assistente Social</b>	<b>164</b>
	- Acolhida	115
	- Escuta qualificada	95
	- Entrevistas	90
	- Encaminhamentos para a rede	49
	- Inserção de pessoas nos grupos socioeducativos	3
	- Visitas domiciliares	5
	- Monitoramento das pessoas encaminhadas para a rede	4
	- Acompanhamento pessoal da mulher para algum atendimento da rede	16
	- Relatórios de atendimento individual	66
	- Parecer social	01
	- Orientação referente Direitos Sociais	45
	- Identificação de Mulheres para o Mercado de Trabalho	33
	- Confecção e impressão de Currículos	5
- Rastreamento de Vagas de Trabalho no Município	9	

Nº	EIXO INTERVENÇÃO (atendimentos individuais)	Nº DE PESSOAS ATENDIDAS
	- Acompanhamento da Mulher para/na Inserção do Trabalho	5
	- Encaminhamento/Aviso da Vaga de Emprego	18
	- Agendamento Documentos Pessoais (RG, CPF, CTPS, Certidão Nasc., Casamento, BPC)	3
	- Pedido de isenção de taxa para concurso	7

Quadro 2 – Ações de intervenção por área do saber  
 FONTE: Relatório Anual do NUMAPE (2018).

As ações de prevenção têm por objetivo o enfrentamento da violência familiar doméstica a longo prazo, na perspectiva da construção de uma nova cultura, sem violência de gênero. As ações realizadas até o presente momento foram as seguintes: trabalho com grupos, oficinas, palestras, rodas de conversa, tardes interativas, cinema social, entre outras. Cada uma dessas ações é pensada de acordo com o público alvo e a instituição que solicita o serviço, adequando metodologias próprias para cada público alvo.

A ação mais importante que vem sendo desenvolvida e tem um caráter de maior efetividade na prevenção é o trabalho com grupos que “[...] aparece assim com o intento de deslocar para o âmbito da coletivização questões que são comumente individualizadas” (MOREIRA, 2017, p. 124). Nesse sentido, a violência vivenciada individualmente no silêncio da vida privada de inúmeras mulheres, é colocada à luz da reflexão e da crítica através do e no trabalho com grupos. O objetivo principal é desmistificar o fenômeno que é visualizado no âmbito da normalidade pela grande maioria das participantes. Nos trabalhos com grupos não participam apenas mulheres, mas crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos e homens. Para cada público alvo a equipe prepara uma metodologia adequada para abordar o assunto. Importante dizer também que esse trabalho não é apenas realizado com pessoas da comunidade, mas com profissionais de instituições diversas.

Ele é desenvolvido mediante um ciclo entre três a sete encontros que são realizados com o mesmo grupo de participantes. Nesse sentido, dada a sua característica, o trabalho de prevenção é muito mais profundo porque os participantes desenvolvem um vínculo de confiança maior com as profissionais. Esse trabalho de prevenção é realizado em diversas instituições do município de Guarapuava, começando a expandir-se para outros municípios da região.

No quadro abaixo é possível visualizar em dados as principais ações de prevenção que foram realizadas no ano de 2018.

Nº	EIXO PREVENÇÃO (ações comunitárias)	AÇÃO	Nº PARTICIPANTES
01	Palestras ministradas	17	753
02	Oficinas realizadas	8	147
03	Trabalho com grupos realizados	116	1.785
04	Rodas de conversa	2	16
05	Tardes interativas na comunidade	10	87
06	Cinema social	01	
07	Campanhas educativas	01	
08	Visitas institucionais	2	
09	Reunião realizadas com a instituição	4	14
10	Mapeamento	01	
<b>Total de participantes nas ações de prevenção</b>		<b>162</b>	<b>2.802</b>

Quadro 3 – Ações de prevenção interdisciplinares  
 FONTE: Relatório Anual do NUMAPE (2018).

Como enfatizamos acima, o trabalho com grupos é a ação mais importante desenvolvida pelo NUMAPE para a prevenção da violência contra as mulheres. Como essa ação dura mais tempo como o mesmo grupo, a possibilidade de construir novas formas de pensar as relações de gênero são mais precisas. Das 2.802 pessoas que participaram das ações, 1.785 vivenciaram a experiência do grupo, discutindo, discernindo e produzindo reflexões entre 03 até 07 encontros, com temas variados em torno do assunto desigualdade de gênero, papéis sociais e violência familiar doméstica. Foi comum perceber durante essas ações pessoas que não sabiam identificar a violência, e que concebiam como normal a subordinação e submissão feminina aos homens. Aos poucos como uma luz no fim do túnel, foram percebendo que suas vivências em situação de violência não é normal e que uma vida sem violência é direito humano das mulheres. Muitas delas depois da vivência nos grupos procuraram tanto a Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres, como o NUMAPE para expor sua situação de violência e buscar seus direitos.

Além do trabalho de intervenção e prevenção, o objetivo do NUMAPE enquanto projeto de extensão onde atuam profissionais recém formados, é a formação destes sujeitos. Nesse sentido, a equipe teve oportunidade de participar mensalmente de um grupo de estudos, onde tiveram noções básicas sobre assuntos que estão em torno da violência de gênero, como podemos visualizar na sequência.



Nº	OBRA
01	SAFFIOTI, H. I. B. <b>O poder do macho</b> . São Paulo: Moderna, 1987;
02	SAFFIOTI, H. I. B. <b>Gênero, patriarcado, violência</b> . 2ª Ed - São Paulo: Expressão Popular, 2015;
03	SOUSA, Renata Floriano de. <b>Cultura do estupro: prática e incitação à violência sexual contra mulheres</b> . Revista de Estudos Feministas. Florianópolis, 25(1): 9-29, janeiro-abril/2017
04	SOIHET, Raquel. <b>Violência simbólica saberes masculinos e representações femininas</b> . Revista de Estudos Feministas. Florianópolis, v.5, n.01. 1996.
05	MONTENEGRO, <b>Marília. Lei Maria da Penha: uma análise criminológico-crítica</b> . Rio de Janeiro: Revan, 2015
06	FLUZINA, Ana Luiza Pinheiro. <b>O feminicídio e os embates das trincheiras feministas</b> . Discursos Sediosos (v.23/24. p. 95-106). Rio de Janeiro, 2016.

Quadro 4 – Obras estudadas no grupo de estudos mensal  
 FONTE: Relatório Anual do NUMAPE (2018).

Como a equipe vivenciou a experiência interdisciplinar, todas os textos foram definidos pela equipe, que procurou estudar e debater os textos sugeridos tanto pelo Serviço Social, quanto pelo Direito e Psicologia. Foi uma experiência rica uma vez que cada profissional estava acostumado a ler apenas textos próprios da área, e no grupo, tiveram que se adaptar a leitura e interpretação de textos de outras áreas. O debate em torno do texto sempre foi direcionado para o exercício profissional dentro do NUMAPE no enfrentamento da violência contra as mulheres. O grupo de estudos contribuiu significativamente para a formação dos profissionais recém formados.

E também o núcleo tem como objetivo produzir e disseminar conhecimentos a respeito do objeto de intervenção. Assim, a equipe de profissionais produziu conhecimentos diversos, como podemos observar a seguir.

ÁREAS	TEMAS	MODALIDADES
SERVIÇO SOCIAL	A Metodologia de Trabalho do Serviço Social no Núcleo Maria da Penha (NUMAPE) da Unicentro/ Guarapuava/PR	Resumo
	O processo de Implementação do Núcleo Maria da Penha (NUMAPE) da Unicentro/Guarapuava/PR	Resumo
	Uma reflexão sobre as relações de gênero: causas e consequências	Resumo expandido
	A inserção da mulher no mercado de trabalho e os desafios presentes para a consolidação de sua autonomia	Resumo expandido

ÁREAS	TEMAS	MODALIDADES
SERVIÇO SOCIAL	A Dimensão Político Pedagógica do Exercício Profissional do Assistente Social: Uma abordagem a partir do Núcleo Maria da Penha (NUMAPE)	Artigo
	A construção e a legitimação dos papéis sociais de gênero na sociedade contemporânea.	Artigo
DIREITO	Feminicídio e o enfrentamento à violência de gênero: tutela penal (in)suficiente.	Artigo
	Descriminalização do aborto a partir de uma perspectiva feminista.	Artigo
	Feminicídio e o enfrentamento à violência de gênero.	Artigo
	Sexopolítica: a biopolítica na constituição dos corpos abjetos.	Artigo
PSICOLOGIA	Relato de experiência de um grupo terapêutico em serviço interdisciplinar de atendimento à mulher em situação de violência doméstica.	Resumo
	O homem e sua afirmação através da virilidade.	Resumo expandido
	A posição designada ao Outro do sujeito psíquico na transferência analítica.	Artigo
	Violência doméstica contra as mulheres: uma análise a partir do conceito de masoquismo feminino e sua associação com a repetição	Artigo

Quadro 5 – Produção científica da equipe do NUMAPE  
 FONTE: Relatório Anual do NUMAPE (2018).

Assim, a universidade vai cumprindo o seu papel, o de fomentar a produção científica ao mesmo tempo em que vai capacitando os recém formados para o mercado de trabalho. Os recém formados podem atuar no NUMAPE até três anos de formação, depois eles são desligados e nova seleção é promovida para acolher novos recém formados para prepara-los para a atuação profissional. A experiência desse ano de trabalho deu conta de dizer que cada profissional que passou pelo núcleo saiu com um adendo em sua formação: a compreensão das relações de gênero, as desigualdades e a violência. Essa experiência poderá fazer com que esses profissionais, onde quer que vão atuar, terão um diferencial no atendimento as mulheres e suas demandas, especialmente, se for violência familiar doméstica.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O NUMAPE é um projeto de extensão que foi implantado no município para contribuir com a rede de proteção e defesa das mulheres, para o enfrentamento e a prevenção da violência familiar doméstica. Ele não é uma política pública, portanto, não tem o papel de assumir todas as demandas. Porém, os dados acima revelaram o quanto o projeto contribuiu com a rede nesse enfrentamento.

No processo de implantação do núcleo percebe-se que o maior desafio foi lidar com a morosidade com que tanto a SETI e a universidade quanto a prefeitura trataram as demandas do NUMAPE. Inúmeras eram as reuniões, os contatos por e-mail e telefone, as cobranças, entre outras. Depois disso, o segundo desafio, problema que gerou imenso desgaste na equipe foi a falta de pagamento das bolsistas, que ocorreu apenas em meados de abril. Nesse período, ficou evidente que parte da equipe passava por necessidade humanas básicas, pois não tinha outra renda para a sobrevivência. Dos inúmeros contatos, mobilizações e articulação que a coordenação fazia, o retorno para a equipe com uma negativa era compreendida por ambas como um descaso e como uma violação de direitos humanos.

O terceiro desafio foi animar a equipe continuar construindo a sua identidade profissional e do NUMAPE em meio a um contexto nem um pouco favorável. O quarto desafio foi construir a identidade e metodologia de trabalho para inserir na rede de políticas públicas. Para compor a rede de políticas públicas era preciso em primeiro lugar construir a própria identidade, processo esse que ocorreu nos primeiros dois meses de atuação. E também construir a metodologia de trabalho do núcleo foi um processo moroso e desafiador, pois era preciso inserir-se na rede de políticas públicas sem sobrepor-se a nenhum serviço prestado, ao mesmo tempo em que era preciso ofertar um serviço claro e objetivo que de fato despertasse o interesse da população.

E diante desse contexto todo, a correlação de forças (FALEIROS, 2010) foi a marca que embalou todo o processo de estruturação do NUMAPE. A equipe tentava inserir-se na rede e a mesma agia de formas diferentes, ora acolhendo, ora rejeitando, pois tinha o núcleo como um projeto provisório que não atenderia o que se almejava e/ou em alguns situações, que o núcleo pudesse ser um concorrente das políticas públicas. E, de fato, diante da infraestrutura que tinha e da falta de pagamento das bolsistas, parecia que o núcleo não duraria o mês seguinte. Foi preciso desmistificar a ideia de provisoriedade para que a rede pudesse abrir as portas e compartilhar as demandas. E foi preciso mostrar muito trabalho e seriedade para inserir politicamente o núcleo na rede de políticas públicas.

Com essa experiência de extensão, a universidade vai cumprindo o seu papel de, além de proporcionar o ensino em seus espaços internos, oferecer aos profissionais recém formados a sua primeira experiência de trabalho. Esses profissionais são acompanhados por seus orientadores durante toda a expe-

riência. E além de exercer a profissão, têm a oportunidade de estudar e produzir conhecimentos. Assim, podemos afirmar que trata-se de uma formação muito mais completa do que apenas os anos de sua graduação.

Projetos como esse são de fundamental importância para somar-se às políticas públicas, pois apesar de tantos anos na história das lutas feministas, a sociedade ainda convive com a desigualdade de gênero que garante a dominação e a exploração das mulheres pelos homens. São anos de luta, mas ainda há tanta luta para empreender para construir uma nova cultura, onde as mulheres sejam vistas como equidade diante dos homens. Equidade salarial, acesso ao conhecimento, divisão das tarefas domésticas, entre tantos outros. Os homens ainda precisam aprender que as mulheres não são seres que lhe devem submissão e obediência, mas que caminham lado a lado na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Percebe-se quão distante ainda estamos do ideal quando observa-se as cifras da violência que vai se disseminando ano a ano em todo o país. Apesar dos diversos mecanismos de proteção das mulheres e enfrentamento das violências, os dados revelam que a sociedade machista e sexista ainda tem muito o que aprender e mudar. É preciso que a igualdade entre os gêneros seja uma construção desde o nascimento do sujeito, onde este aprenda que homens e mulheres possuem suas especificidades, porém, são iguais em direitos humanos. Mulheres e homens podem construir um mundo melhor quando caminharem lado a lado.

*Data de submissão: 10/09/2019*

*Data de aceite: 20/11/2019*

# REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, S. O segundo sexo. 2ª Ed – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BRASIL. Lei nº 11.340 de 7 de agosto – Lei Maria da Penha. Brasília: DF, 2006. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm) Acesso em: 30 jul.2019.

\_\_\_\_\_. Lei 13.104 – Lei do Feminicídio. Brasília, DF, 2015. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm) Acesso em: 30 jul.2019.

\_\_\_\_\_. Violência doméstica e familiar contra a mulher (Pesquisa DataSenado). Brasília, DF, 2017. Disponível em <https://www12.senado.leg.br/institucional/datasetado/arquivos/aumenta-numero-de-mulheres-que-declaram-ter-sofrido-violencia> Acesso em: 14 de set. 2017.

\_\_\_\_\_. Mapa da violência contra a mulher 2018. Comissão de defesa dos direitos da mulher. Câmara dos deputados. Brasília, DF, 2018; Disponível em [https://pt.org.br/wp-content/uploads/2019/02/mapa-da-violencia\\_pagina-cmulher-compactado.pdf](https://pt.org.br/wp-content/uploads/2019/02/mapa-da-violencia_pagina-cmulher-compactado.pdf) Acesso em: 18 jul. 2018.

CUNHA, B. M. Violência contra a mulher, direito e patriarcado: perspectivas de combate à violência de gênero. Artigo Classificado em 7º lugar na XVI Jornada de Iniciação Científica de Direito da UFPR 2014. Disponível em: <http://www.direito.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2014/12/Artigo-B%C3%A1rbara-Cunha-classificado-em-7%C2%BA-lugar.pdf> . Acesso em: 20 set. 2017.

ENGELS, F. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. Tradutor: Leandro Konder. 3ª Ed – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

FALEIROS, V. P. Estratégias em Serviço Social. 9ª Ed – São Paulo: Cortez, 2010.

GAVILANES, H. A.; AGUIAR, N. Patriarcado e gênero na análise sociológica do fenômeno da violência conjugal/gênero. In: SOUZA, Mário Ferreira de (Org.). Desigualdades de gênero no Brasil: novas ideias e práticas antigas. (1ª reimpressão). Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2012.

GUARAPUAVA, Município de. Perfil das mulheres em situação de violência atendidas pela Secretaria de Políticas Públicas para mulheres. Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres. Guarapuava, 2016.

MARCONI, M.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científico. 5. ed. - São Paulo: Atlas 2003.

MARTINELLI, M. L. (org.) Pesquisa qualitativa: um instigante desafio. São Paulo: Editora Veras, 1999.

MINAYO, M. C. S. Disciplinaridade, interdisciplinaridade e complexidade. In: Revista Emancipação (v.10 n° 02, p. 435-442). Ponta Grossa, UEPG, 2010. Disponível em <file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/1937-6362-2-PB.pdf> Acesso dia 19 de março de 2015.

----- O Desafio da Pesquisa Social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. GOMES, Suely Ferreira Deslandes Romeu (Org.). Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade. 30ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

MOREIRA, C. F. N. O trabalho com grupos em Serviço Social: a dinâmica de grupo como estratégia para reflexão crítica. 4ª Ed – São Paulo: Cortez, 2017.

MORERA, J. A. C. et al. Violência de gênero: um olhar histórico. HIST. ENF. REV. ELETR (HERE). 2014 jan/jul; 5(1):54-66. Disponível em <http://www.here.abennacional.org.br/here/vol5num1artigo5.pdf> Acesso em: 30 jul.2019.

MUNHOZ, D. E. N. Da multi à interdisciplinaridade: A sabedoria no percurso da construção do conhecimento. In: Revista do Centro de Educação e Letras (Ideação) (v. 10, n° 01 – p. 123-133). Foz do Iguaçu: UNIOESTE, 2008. Disponível em <http://e-revista.unioeste.br/index.php/ideacao/article/view/4148> . Acesso em: 19 mar. 2015.

NUMAPE, Núcleo Maria da Penha. Plano de Ação do Núcleo Maria da Penha (NUMAPE). Unicentro, Guarapuava, 2017

----- Relatório Anual do Núcleo Maria da Penha (NUMAPE). Unicentro, Guarapuava, 2018.

SAFFIOTI, H. I. B. O poder do macho. São Paulo: Moderna, 1987.

----- Gênero, patriarcado, violência. 2ª Ed – São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SOUZA, R. F. Cultura do estupro: prática e incitação à violência sexual contra mulheres. In: Revista Estudos Feministas. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS, 2017.

WASELFISS, J. J. Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil. 1. Ed. Brasília (DF): ONU Mulheres; OPAS/OMS; Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos; Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais. Flacso, 2015.